

AS ESTRUTURAS DE PODER E O IMPASSE HABITACIONAL: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAMILA SANTIAGO MARTINS BERNARDINI – milabernardini@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará – UFC

Estudos do crescimento das metrópoles indicam que os governos não costumam tratar habitações de classe média-alta e classe baixa igualmente, sobretudo quando estão em regiões que atraem investimentos, aparelhos urbanos e interesses de grupos de poder. Objetiva-se compreender a atuação do Ministério Público em relação a habitações de classe média-alta ilegais do ponto de vista ambiental em Fortaleza/CE, baseando-se no estudo de nobre condomínio do Bairro Papicu - supostamente localizado numa APA. Metodologicamente, utiliza-se análise de peças jurídicas e noticiários pertinentes, as legislações ambientais e a Constituição Federal. E arcabouço teórico referentes ao MP, instrumentos jurídicos e planejamento urbano. Entendeu-se que, apesar do MP exercer um papel proativo na defesa dos interesses coletivos, as discussões sobre habitação ainda possuem entraves, sobretudo quando se considera as classes sociais ocupantes, as estruturas de poder envolvidas e a cultura político-jurídica brasileira.